

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

Recibo de Transmissão

Código do Recibo: 8988

Data da Entrega: 28/01/2022

Unidade Gestora: 001309 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA

Período: QUARTO TRIMESTRE Ano de Referência: 2021

Tipo: RELATORIO E CERTIFICADO DO CONTROLE INTERNO

Responsável: 01351481541

Emitido em: 28/01/2022

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AUDITORIA - RTA 4º TRIMESTRE DE 2021

(01-10-2021 a 31/12/2021)

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE AUDITORIA – RTA

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA

Período: 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021

Prefeita Municipal: Maria Clara Prado Ribeiro Rollemberg

Gestora do Fundo Municipal de Saúde: Daiane Santos de Oliveira

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social: Jacqueline da Silva Souza

Secretário Municipal de Controle Interno e Gestão: Fagner Alexandre Silva Santos

Logomarca oficial da gestão - 2021/2024





PONTOS ABORDADOS E PROCEDIMENTOS

Análise da despesa em seus diversos aspectos, limites e dispositivos constitucionais e legais pertinentes, tais como:

- Planejamento Orçamentário;
- Receita e Tesouraria;
- Despesas;
- Regime de concessão de auxílios e subvenções;
- Limites Legais e Gestão Fiscal

Remuneração dos agentes políticos;

Gastos com Legislativo;

Gastos com Educação (MDE e FUNDEB);

Gastos com Saúde;

Gastos com Pessoal;

- Processos Licitatórios/Contratos;
- Controle Patrimonial nos Bens Móveis;
- Controle do Almoxarifado.

BASE LEGAL:

- Constituição Federal: arts. 31, 70, 74 e 75;
- Lei de Responsabilidade Fiscal: art. 59;
- Lei 4.320/64: arts. 75, 76 e 77.
- Lei Federal n. 4.320/64;
- Lei Orgânica Municipal: Art. 68 e 69;
- Lei Municipal n. 12, de 11 de dezembro de 2001



OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE UTILIZADOS FORAM OS SEGUINTES:

- Levantamento de dados Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais no
 Sistema Contábil confrontando-os com a documentação suporte;
- Conferência de Cálculos;
- Exame de Processos de Despesas;
- Exame nos Documentos de Receitas;
- Exame nos Controles de Material Permanente;
- Exame nos Controles do Material de Consumo;
- Exame de procedimentos Licitatórios e respectivos Contratos e Termos de Aditivos;
- Análise no cumprimento às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;

1-PLANEJAMENTO ORCAMENTÁRIO:

O Plano Plurianual do Município - PPA - para o quadriênio 2018/2021 foi aprovado pela Lei

Municipal nº 168 de 27 de dezembro de 2017.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - do exercício de 2021 foi aprovada através da Lei

Municipal nº 205 de 04 de junho de 2020, encontra-se compatível com as disposições

constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual - LOA - aprovada pela Lei Municipal nº 209 de 07 de dezembro

de 2020, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 45.000.000,00 (Quarenta e cinco

milhões).

2- RECEITA E TESOURARIA:

2.1- RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas públicas são ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se

desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos

financeiros para o erário, e receitas extraorçamentárias, quando representam apenas

entradas compensatórias.

No período em análise a receita orçamentária arrecadada (Receita Orçamentária por Fonte

de Recursos – Demonstrativo (Sintético) – sistema contabilis) obteve o seguinte

comportamento:

No período: R\$ 10.960.474,42

II.

Até o período: R\$ 40.039.388,41

Média mensal trimestre: R\$ 3.653.582,47 III.

IV. Média mensal acumulado: R\$ 3.336.638,45

V. Percentual realizado acumulado: 88,98%

Página 5 de 32



Considerando o valor do orçamento em R\$ 45.000.000,00;

Considerando que para o município atingir o cumprimento da sua estimativa de receita, deveria em cada trimestre arrecadar **R\$ 11.250.000,00**;

Observa-se que no **quarto trimestre de 2021**, o município de Divina Pastora, arrecadou abaixo da média estimada, construindo um déficit **acumulado** em seu planejamento fiscal em torno de **R\$ 4.960.338,59**.

2.1 – RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA

A receita extra orçamentária obteve o seguinte comportamento, sendo consolidado a Prefeitura Municipal, o Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social de Divina Pastora.

No Período	Acumulado
R\$ 1.694.935,65	R\$ 5.288.646,37

(Relatório da receita e despesa extra orçamentária – consolidada/contabilis)

3- DESPESA

3.1 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos.

A lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como a Lei de responsabilidade Fiscal (LRF) classifica a **despesa pública** em duas categorias, as **despesas** obrigatórias de caráter continuado e as **despesas** com pessoal (as derivadas de contratos ou outras **despesas** com pessoal).



No período analisado (*outubro, novembro e dezembro*) a despesa pública do município de Divina Pastora obteve o seguinte comportamento consolidado (PREFEITURA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA) evidenciado pelas fases das despesas elencadas na Lei 4.320/64, a seguir:

Despesas	No 4º Trimestre	Acumulado
Empenhadas	R\$ 2.162.263,57	R\$ 40.195.732,55
Liquidadas	R\$ 12.009.699,29	R\$ 37.987.960,37
Pagas	R\$ 11.597.625,59	R\$ 37.114.543,34
Dif. Liquidado e Pago	- R\$ 412.073,70	- R\$ 873.417,03

3.2 - DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS

A despesa extra orçamentária obteve o seguinte comportamento, sendo consolidado a Prefeitura Municipal, o Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Assistência Social de Divina Pastora.

No Período	Acumulado
R\$ 1.420.394,39	R\$ 5.008.482,29

3.3 – LIMITE DE SUPLEMENTAÇÃO

Com a finalidade de atender as insuficiências das dotações orçamentárias na execução orçamentária previstas na Lei nº 209, de 07 de setembro de 2020, *Lei Orçamentária Anual*, para exercício 2021, artigo 5º, foram abertos até o período créditos adicionais no montante de:

- √ R\$ 26.505.279,84 (Vinte e seis milhões, quinhentos e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos;
- ✓ Equivalente a 58,90% dos 80% permitidos por Lei.

15-12-1938

ESTADO DE SERGIPE - PREFÉITURA DE DIVINA PASTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO - SMCIG

Para abertura destes créditos, foram utilizadas as fontes de recursos estabelecidas no art.

43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Os valores apurados são em sua totalidade, créditos adicionais suplementares autorizados

pela Lei Federal nº 4.320/64, art. 40.

3.4 – DOAÇÕES

O município de Divina Pastora, possui em QDD – quadro detalhado das despesas- os

seguintes elementos:

✓ **33903200** – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita;

√ 33904800 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

Considerando o período analisado, observamos o seguinte comportamento do município,

consolidado nas três bases (Prefeitura, Saúde e Assistência) quando a despesas pública

referente aos elementos das despesas aqui citadas.

No período em exame, considerando a despesa efetivamente paga, observa-se que o

Governo Municipal aplicou recursos na ordem de R\$ 433.650,30 (Quatrocentos e trinta e

três mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos) com doações a seus munícipes, assim

distribuídos:

33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Considerando o 4º trimestre, temos:

✓ Prefeitura Municipal: R\$ 90.673,08 (Noventa mil, seiscentos e setenta e três reais e

oito centavos)

✓ Fundo Municipal de Saúde: R\$ 84.103,60 (Oitenta e quatro mil, cento e três reais e

sessenta centavos).

√ Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 258.873,62 (Duzentos e cinquenta e oito)

mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e dois centavos)

Página 8 de 32

33904800 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

Considerando o 4º trimestre, temos:

✓ Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 17.958,00 (Dezessete mil, novecentos e cinquenta e oito reais).

Constatamos a existência do regulamento municipal para tais despesas, através das normas legais:

- ✓ Lei Municipal nº 110, de 12 de junho de 2013, (Assistência Social);
- ✓ Lei Municipal nº 221, de 18 de maio de 2021, (Saúde);

que autoriza a destinação de recursos públicos para doações a entes privados, conforme estabelece o art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (LRF);

Verificamos que os processos de despesa encontram-se, em linhas gerais, devidamente formalizados, contendo relação com identificação dos beneficiários.

3.5 – DIÁRIAS

No período (4º trimestre de 2021) foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos conforme quadro demonstrativo abaixo.

Os valores pagos estão em acordo com os nos valores fixados no **Decreto Municipal nº 035** de **03** de janeiro de **2017**.

ÓRGÃO	VALOR	ACUMULADO
Prefeitura	R\$ 10.150,00	R\$ 14.070,00
Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 1.960,00	R\$ 7.600,00
Secretaria Mun.de Assistência Social	R\$ 360,00	R\$ 1.560,00

Observação: Todas as informações acerca das diárias estão fixadas no portal da

transparência do município.

3.6 – SUBVENCÕES

No tocante a transferências a título de subvenções sociais, no período em tela (julho, agosto

e setembro), o município de Divina Pastora aplicou os seguintes valores as referidas

Associações.

✓ Associação Esportiva Toquinha Futebol Clube AETFC – 97.525.425/0001-56: R\$

25.500,00 (Vinte e cinco mil, e quinhentos reais)

√ Associação Beneficente de Caridade de Riachuelo – 32.728.420/0001-85: R\$

10.000,00 (Dez mil reais)

Ambos processos foram devidamente formalizados, instrumentalizados via conventos entre

a Prefeitura e as devidas Associações, regulares, e dada a devida Transparência e

publicidade.

4 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

4.1 – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito para a atual legislatura foram fixados através da Lei

nº 155 de 30 de setembro de 2016, em:

Prefeita, R\$ 20.257,80 (Vinte mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta

centavos),

• Vice-Prefeito: R\$ 13.505,20 (Treze mil, quinhentos e cinco reais e vinte centavos),

• Secretários Municipais e do Procurador: R\$ 5.064,45 (Cinco mil, sessenta e quatro

reais, quarenta e cinco centavos).

Página **10** de **32**

4.2 – DESPESA COM O PODER LEGISLATIVO

No tocante a despesa com o Poder Legislativo Municipal, considerando os repasses

efetuados até o período em exame (Segundo trimestre de 2021), atingiu o montante de:

R\$ 314.916,60 (Trezentos e quatorze mil, novecentos e dezesseis mil, e sessenta

centavos) conforme estabelecido pelo art. 29-A da Constituição Federal (não poderá

ultrapassar 7% da receita do exercício anterior).

R\$ 1.259.666,40 (Um milhão, duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta

e seis reais e quarenta centavos) acumulado.

4.3 – GASTOS COM O ENSINO

4.3.1 – APLICAÇÃO NA MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Segundo Paulo Freire, "Educação é o processo constante de criação do conhecimento e de busca da

transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana."

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 202 imputou ao Estado o

dever de promover a Educação para todos, in verbis,

CF, Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e

da família, será promovida e incentivada com a colaboração

da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa,

seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação

para o trabalho.

Assim sendo, na busca de garantir uma Educação para todos e de qualidade, a CRFB,

determinou aos municípios a aplicação mínima de 25% de seus recursos na Manutenção da

Educação, in verbis,

"CF, Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de

dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte

e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de

Página **11** de **32**



impostos, compreendida a proveniente de transferências, na

manutenção e desenvolvimento do ensino.

Neste diapasão, considerando o período em análise, tendo como base o RREO referente ao

quarto bimestre, o município de Divina Pastora, através da Secretaria Municipal de

Educação, investiu com a manutenção e desenvolvimento do ensino:

✓ Recursos aplicados na MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE: R\$

7.872.881,83 (Sete milhões, oitocentos e setenta e dois mil, oitocentos e oitenta e um

reais e oitenta e três centavos);

✓ Percentual dos recursos aplicados: 37,22%da receita resultante de impostos e

transferências, conforme quadro abaixo:

Desta feita, cabe-nos ressaltar que o município de Divina Pastora, Estado de Sergipe,

cumpriu sobremaneira os escritos Constitucionais.

Observação: Todas as informações contidas neste relatório, tem como base os valores

contidos no RREO - ANEXO 8 (LDB, ART. 72).

4.3.2 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

A constitucionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) representa grande vitória à educação

básica nacional e ao compromisso com a efetividade dos princípios fundamentais da

República e dos direitos sociais decorrentes da equalização do atendimento dirigido aos

alunos mais vulneráveis, considerando as diferentes realidades de cada região do país. 1i

¹Texto retirado do MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO NOVO FUNDEB

Página **12** de **32**

15 - 12 - 1938

ESTADO DE SERGIPE - PREFEITURA DE DIVINA PASTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO - SMCIG

O Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação (Fundeb) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 108, de 27

de agosto de 2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Trata-

se de um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete

Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e de transferências dos Estados,

do Distrito Federal e dos Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212

e 212-A da Constituição Federal. Independentemente da fonte de origem, todo o recurso

gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da

educação básica pública, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída

sua condigna remuneração.

Neste diapasão, considerando o período em análise, tomando como base os dados colhidos

no RREO referente ao guarto bimestre, o município de Divina Pastora, através da Secretaria

Municipal de Educação, investiu com a Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb):

✓ Recursos aplicados no FUNDEB – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

BÁSICA: R\$ 6.956.148,05 (Seis milhões, novecentos e cinquenta e seis reais, cento e

quarenta e oito reais e cinco centavos);

✓ Percentual dos recursos aplicados: 105,58% da receita resultante de impostos e

transferências, conforme quadro abaixo:

Desta feita, cabe-nos ressaltar que o município de Divina Pastora, Estado de Sergipe,

cumpriu sobremaneira os escritos Constitucionais.

Observação: Todas as informações contidas neste relatório, tem como base os valores

contidos no RREO – ANEXO 8.

Página **13** de **32**

15 - 12 - 1938

ESTADO DE SERGIPE - PREFÉITURA DE DIVINA PASTORA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO - SMCIG

4.4 – GASTOS COM A SAÚDE

Os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de

saúde, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos

a que se referem o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o §3º do art. 159, todos da

Constituição Federal.

Os gastos totais do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde com ações e

serviços públicos de saúde, até o período em análise, tomando como base os dados colhidos

no RREO referente ao quarto bimestre, obteve o seguinte comportamento:

✓ Recursos aplicados no COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE: R\$

3.517.350,20 (Três milhões, quinhentos e dezessete reais e trezentos e cinquenta

reais e vinte centavos);

✓ Percentual dos recursos aplicados: 17,36 % da receita resultante de impostos e

transferências, conforme quadro abaixo:

Após coleta e apresentação dados referentes aos indicadores da saúde, fica evidente que

no período analisado, o Município de Divina Pastora, através da Secretaria Municipal de

Saúde, atingiu os percentuais exigidos por lei, quanto aos investimentos em saúde.

Observação: Todas as informações contidas neste relatório, tem como base os valores

contidos no RREO - ANEXO XII.

Página 14 de 32



4.5 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL

A despesa total com pessoal consolidada no **RALATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, 3º QUADRIMESTRE DE 2021**, apurada de acordo com o disposto no art. 18, § 2°, da Lei Complementar Federal n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encontra-se **adequada** ao limite imposto pela referida legislação.

O quadro abaixo, apresenta o detalhamento dos valores da Receita Corrente Líquida e da Despesa com Pessoal, cujos dados foram obtidos através de Relatórios fornecidos pela contabilidade desta prefeitura e devidamente publicada no sítio oficial desta municipalidade.

✓ Considerando apresentados no 3º quadrimestre de 2021 através do Relatório de Gestão Fiscal.

DESPESAS COM PESSOAL - LRF	VALORES
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	R\$ 38.244.089,91
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	R\$ 19.586.072,21
PERCENTUAL APLICADO (%)	<mark>51,21%</mark>

5 – PROCESSOS LICITATÓRIOS E SUAS DISPENSAS/INEXIGIBILIDADES E CONTRATOS

É um processo administrativo, isonômico, na qual a administração seleciona a proposta mais vantajosa, menos onerosa e com melhor qualidade possível, para a contratação de uma obra, de um serviço, da compra de um produto, locação ou alienação. A licitação não pode acontecer de forma sigilosa, sempre deverá ser pública, respeitando o direito da publicidade, acessível a qualquer cidadão.



Neste diapasão, durante o período auditado, foram celebrados os seguintes procedimentos licitatórios, estando devidamente formalizados e de acordo com a legislação que rege a matéria, inclusive as resoluções do TCE nº 260 de 17/02/2011, alterada pela resolução nº 299 de 15/09/2016.

MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA, CNPJ: 13.108.733/0001-96 — PREFEITURA MUNICIPAL

❖ MÊS JULHO

MODALIDADE	Nº	VALOR	VENCEDOR (ES) LICITAÇÃO
PREGÃO	013/2021	341.141,42	F. M. PNEUS E RODAS LTDA
PREGÃO	015/2021	404.207,03	RCB EMPREEND. SÃO FRANCISCO
PREGÃO	016/21	308.458,00	WCA DIGITAL LARAS COMERCIAL LIVRARIA P. PRATICA MASTER COMERCIAL
PREGÃO	017/21	233.368,6	MASTER COMERCIAL MC TECH IVANETE BARBOSA ALVES & SOARES PROAR COM. E SERV. ADRIANO POVOAS NETWORD COM
CHAMADA PÚBLICA	001/21	75.747,22	AGRICULTORES E COOPERVALE

INEXIGIBILIDADE	VALOR EM R\$	VENCEDOR (ES) LICITAÇÃO	
004/2021	40.092,00	AGIL CONSTRUÇÕES	

CONTRATO	VALOR EM R\$	VENCEDOR (ES) LICITAÇÃO
023/2021	47.796,00	AGIL CONSTRUÇÕES
024/2021	7.076,5	ALEXSANDRO FREITAS DOS SANTOS
025/2021	2.679,08	DEBORA JOANA BOMFIM SANTOS
026/2021	1.815,47	IVSON RODRIGUES DE SANTANA
027/2021	2.843,37	LEDILSON LUIZ DE SOUZA
028/2021	2.307,74	MARIA JOSÉ SANTOS
029/2021	5.704,93	MANOEL MESSIAS SANTOS
030/2021	2.636,29	JORGEVAN SANTOS
031/2021	5.430,28	MARIA PAIXÃO DOS SANTOS LIMA
032/2021	2.813,15	MARIA ANGÉLICA SANTOS

033/2021	7.978,57	MARCOS DOS SANTOS DE JESUS
034/2021	5.009,10	LEONARDO GABRIEL SILVA SOUZA
035/2021	1.764,46	CLAUDIA CARDOSO DE JESUS
036/2021	3.230,28	VALECIA SANTOS DE CARVALHO
037/2021	7.040,41	BRUNA DA SILVA CARDOSO
038/2021	17.417,58	COOPERVALE

ADITIVO/APOSTILAMENTO (AJUSTE DE CONTRATO)

REF. CONTRATO №	<u>№</u> ADITIVO	VALOR	VENCEDOR (ES) LICITAÇÃO	CNPJ
078/2019	4º ADITIVO		LL LOCADORA	04.540.771/0001-22

❖ MÊS DE AGOSTO

MODALIDADE	Nº	VALOR	VENCEDOR	СПРЈ
PREGÃO ELETRÔNICO	018/2021	89.970,00 ATA REG. 014/2021	MC TECH SOLUÇÕES	14.024.014/0001-50
PREGÃO ELETRÔNICO	019/2021	239.674,80 ATA REG. 013/2021	GPX INDÚSTRIA HERACLITO FONTES	17.449.050/0001-53 13.230.866/0001-30
TOMADA DE PREÇOS	001/2021	178.636,49	RAM CONSTRUÇÕES	35.307.815/0001-00

Nº	VALOR	REF.	CONTRATADO	CNPJ
039/2021	178.636,49	TP 001/2021	RAM CONSTRUÇÕES	35.307.815/0001-00

Nō	REF. CONTRATO №	VALOR	CONTRATADO	СПРЈ
4º ADITIVO	011/2021	72.848,65	POSTO NV	19.686.599/0001-97
5º ADITIVO	011/2021	4.658,50	POSTO NV	19.686.599/0001-97

❖ MÊS DE SETEMBRO

MODALIDADE	Nº	VALOR	VENCEDOR	CNPJ
PREGÃO ELETRÔNICO	020/2021	87.167,80	CLAU COM. REP. LTDA – EPP DIANJU DIST. ATAC. EIRELI - EPP	32.853.434/0001-20 07.226.206/0001-83



TOMADA DE PREÇOS	002/2021	231.616,99	W&W CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP	37.451.201/0001-15

	Nō	VALOR	VENCEDOR	CNPJ
INEXIGIBILIDADE	005/2021	83.776,00	EDITORA DIDÁTICA NACIONAL LTDA	05.048.388/0001-14
Nō	VALOR	REF.	CONTRATADO	CNPJ
040/2021	27.130,00	PREGÃO 018/2021	MC TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA - EPP	14.024.014/0001-50
041/2021	231.616,99	TP 002/2021	W&W CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP	37.451.201/0001-15
042/2021	83.776,00	INEX 005/2021	EDITORA DIDÁTICA NACIONAL LTDA	05.048.388/0001-14
043/2021	36.182,80	PREGÃO 020/2021	CLAU COM. REP. LTDA – EPP	32.853.434/0001-20
044/2021	50.985,00	PREGÃO 020/2021	DIANJU DIST. ATAC. EIRELI - EPP	07.226.206/0001-83

ADITIVO/APOSTILAMENTO (AJUSTE DE CONTRATO)

REF. CONTRATO №	<u>№</u> ADITIVO	VALOR	VENCEDOR (ES) LICITAÇÃO	<u>CNPJ</u>
013/2021	6º ADITIVO	R\$ 19.104,78	POSTO NV	19.686.599/0001-97

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.544.537/0001-39

❖ MÊS DE AGOSTO

MODALIDADE	Nº	VALOR	VENCEDOR	CNPJ
PREGÃO ELETRÔNICO	008/2021	61.128,00 ATA REG. 008/2021	FARMÁCIA SIMONE LTDA ME	32.708.752/0001-06

Nō	REF. CONTRATO №	VALOR	CONTRATADO	CNPJ
5º ADITIVO	007/2021	55.820,68	POSTO NV	19.686.599/0001-97
6º ADITIVO	007/2021	2.926,30	POSTO NV	19.686.599/0001-97

❖ MÊS DE SETEMBRO

Nº	VALOR	REF.	CONTRATADO	CNPJ
021/2021	56.450,00	PREGÃO 018/2021 (PREFEITURA)	MC TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA - EPP	14.024.014/0001-50

Nº	REF. CONTRATO Nº	VALOR	CONTRATADO	СПРЈ
7º ADITIVO	007/2021	16.653,90	POSTO NV	19.686.599/0001-97

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA, CNPJ: 14.817.174/0001-56

❖ MÊS DE AGOSTO

MODALIDADE	Nº	VALOR	VENCEDOR	CNPJ
PREGÃO	007/2021	381.000,00	MERCADÃO COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EIRELI EPP	03.823.107/0001-28

Nº	VALOR	REF.	CONTRATADO	CNPJ
012/2021	381.000,00	PREGÃO 007/2021	MERCADÃO COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EIRELI EPP	03.823.107/0001-28

Nº	REF. CONTRATO №	VALOR	CONTRATADO	СПРЈ
4º ADITIVO	008/2021	7.579,44	POSTO NV	19.686.599/0001-97
5º ADITIVO	008/2021	2.448,40	POSTO NV	19.686.599/0001-97

❖ MÊS DE SETEMBRO

MODALIDADE	Nº	VALOR	VENCEDOR	CNPJ
PREGÃO	008/2021	63.183,70 ARP005/2021	LIVRARIA E PAPELARIA RENASCER LTDA-ME ARAUJO & FILHA LTDA EPP	10.849.617/0001-30 01.411.301/0001-70

Nº	VALOR	REF.	CONTRATADO	CNPJ
013/2021	6.390,00	PREGÃO 018/2021	MC TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA EPP	14.024.014/0001-50

REF. CONTRATO №	<u>№</u> ADITIVO	VALOR	VENCEDOR (ES) LICITAÇÃO	<u>CNPJ</u>
008/2021	6º ADITIVO	R\$ 3.549,00	POSTO NV	19.686.599/0001-97

Correspondente aos certames licitatórios, orientamos a comissão o estrito cumprimento desta municipalidade aos contidos na Lei de Licitações e demais normas correlatas.

15 - 12 - 1938

ESTADO DE SERGIPE - PREFÉITURA DE DIVINA PASTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO - SMCIG

6 - CONTROLE PATRIMONIAL NOS BENS MÓVEIS

Todos os bens móveis encontram-se devidamente registrados no nosso sistema

informatizado de controle patrimonial e demostrados em relatórios específicos, estando os

mesmos submetidos aos controles adequados e identificados através de plaquetas.

6.1 -Almoxarifado

O Almoxarifado Central encontra-se em adequação física, buscando melhorar as condições de

armazenamento e distribuição.

Hoje o setor encontra-se devidamente informatizado, com dados preciso e relatórios variados,

buscando funcionar de forma eficiente e efetiva, conforme os moldes preconizados pela Resolução

TC nº. 160/92, com a emissão do "Demonstrativo das Variações Patrimoniais" mensal para ser

lançado no sistema contábil.

Mantém o Almoxarifado o registro dos bens adquiridos de forma individualizada, com sua

competente descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos,

armazenamento e distribuição, de entrada e saída e de segurança de seus estoques, através de fichas

de prateleiras, que acusam o estoque atualizado de cada componente.

7 – PRECATÓRIOS e PARCELAMENTOS

O município de Divina Pastora, no período em análise, teve o seguinte comprometimento

em orçamento e financeiro com dívidas derivadas de processos em precatórios (REGIME

ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS) e parcelamentos previdenciários conforme

apresentado abaixo;

I. Pagamento de SENTENÇAS JUDICIAIS: R\$ 2.740,41, acumulado em R\$ 88.251,04;

II. Delegacia da Receita Federal do Brasil – RFB -: R\$ 288.909,63 acumulado em R\$

1.429.165,67;

8 - COVID- 19: Receita e despesas - Gastos no combate a pandemia

mil, quinhentos e trinta e três e cinquenta centavos.)

- RECEITA: O Fundo Municipal de Saúde, no período em análise recebeu o montante de R\$ 105,61, repassados fundo a fundo para o combate ao COVID-19.
 Totalizando um valor acumulado na cifra de R\$ 636.533,50 (Seiscentos e trinta e seis
- II. DESPESAS:O Fundo Municipal de Saúde, até o período em análise, investiu os recursos repassados fundo a fundo para o combate ao COVID-19 conforme abaixo apresentado:

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE no combate ao covid-19			
Receita efetivada até 30/12/2021	R\$ 105,61		
Valor Empenhado até 30/12/2021	- R\$ 222.520,07		
Valor Liquidado até 30/12/2021	R\$ 112.610,32		
Valor Pago até 30/12/2021	R\$ 131.752,23		

Ainda em relação ao combate do COVID 19, a Secretaria Municipal de Saúde, desempenhou as seguintes ações. Ações estas executadas o ano inteiro:

> AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Diante do aumento do número de casos de Covid-19 no município, através da variante ômicron e também da gripe H3N2, foram intensificadas as ações de vigilância na tentativa de minimizar a disseminação do vírus com a conscientização da população quanto às medidas de prevenção. Dentre as ações podemos salientar:



ORIENTAÇÕES QUANTO À PRÁTICA DE ESPORTES

Foram dadas orientações aos responsáveis quanto às medidas de restrição na prática esportiva, reforçando a necessidade de proibir a realização de eventos esportivos no município seguindo orientações do Decreto do Governo de Estado. Porém com o avanço da vacinação, e relaxamento pelos órgãos estaduais e federais, alguns eventos foram liberados seguindo as devidas recomendações.

As orientações mencionadas foram dadas aos gestores municipais, bem como aos demais organizadores de eventos esportivos.

> ORIENTAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS E CUMPRIMENTO DO DECRETO

Foram realizadas inspeções e orientações com ronda semanalmente da Vigilância Sanitária Municipal em estabelecimentos com maior circulação de pessoas, como supermercados e mercearias, farmácias, casa lotérica, academias de ginástica, igrejas e templos, restaurantes, bares e lanchonetes quanto às medidas de restrição ao público sendo permitido o modo delivery, sempre seguindo as orientações do decreto governamental. Foi utilizado carro de som, e divulgação nas redes sociais sobre as medidas de restrição e posteriormente com flexibilização gradual de acordo com o decreto estadual e a diminuição do número de casos positivos no município.

> FEIRA LIVRE

Na feira livre, foi mantido o trabalho de conscientização para o uso das máscaras e álcool em gel 70%;

> CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A LINHA DE FRENTE

Com a continuidade do aumento do número de casos no município e o acréscimo em mais de 90% de ocupação de leitos de UTI no Estado de Sergipe conforme publicações diárias do boletim epidemiológico municipal e estadual, e consequentemente o aumento do número de atendimentos diários, houve a necessidade da contratação de mais profissionais para trabalhar na linha de frente a seguir e segue o atendimento conforme abaixo:

- Atendimento médico aos sábados
- Contratação de mais 01 médico para o ambulatório
- Enfermeira para monitorar os casos positivos e suspeitos
- Psicóloga para o atendimento dos pacientes em monitoramento e após a cura



- Profissional para atender os pacientes com o uso de praticas integrativas e complementares em saúde durante a pandemia como: auriculoterapia, reflexologia podal, aromaterapia e Reike.
- Técnicas de enfermagem para o atendimento nas síndromes gripais e para o programa de vacinação do Covid.
- Aquisição do exame de eletrocardiograma com resultados em média de 30 minutos.

> LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DAS SINDROMES GRIPAIS

O município continua com espaço exclusivo para o atendimento das síndromes gripais com sala de observação com 03 leitos e 01 poltrona, almoxarifado, triagem, 02 consultórios médicos de segunda à sábado.

9 - EQUIPE DE GOVERNO

- I. Secretário Municipal de Administração Geraldo Cardoso Filho geraldo.cardoso@divinapastora.se.gov.br, telefone: 79- 98836-7892;
- II. Secretária Municipal de Assistência Social Jacqueline da Silva Souza jacqueline.souza@divinapastora.se.gov.br, telefone: 79- 99812-4258;
- III. Secretária Municipal de Saúde Daiane Santos de Oliveira daiane.oliveira@divinapastora.se.gov.br, telefone: 79- 99843-0521;
- IV. Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Matheus Cruz Bomfim Costa matheus.costa@divinapastora.se.gov.br, telefone: 79- 99814-1569;
- V. Secretária Municipal de Educação e Cultura Rousijane Aparecida Santos Hipólito rousijane.hipolito@divinapastora.se.gov.br, telefone: 79- 99966-7328;
- VI. **Secretário Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos** –José Augusto dos Santos joseaugusto.santos@divinapastora.se.gov.br, telefone: **79-98810-4761**.
- VII. **Secretário Municipal de Agricultura** —Bruno de Sá Araújo bruno.araujo@divinapastora.se.gov.br, telefone: **79- 98848-6447**;
- VIII. Secretário Municipal de Esporte e Lazer Everaldo Lima Santos Filho everaldo.santos@divinapastora.se.gov.br, telefone: 79- 98876-9962;
 - IX. Procuradoria Municipal Rafael Santos de Menezes e Silva– rafael.silva@divinapastora.se.gov.br, telefone: 79- 99932-6966;
 - X. Secretário Municipal de Controle Interno e Gestão Fagner Alexandre Silva Santos
 fagner.santos@divinapastora.se.gov.br, telefone: 79- 99674-6495;
 - XI. Chefe de Gabinete Thiago Sales de Mendonça thiago.mendonca@divinapastora.se.gov.br, telefone: 79- 99914-1392;
- XII. **Prefeito Municipal** Maria Clara Prado Ribeiro Rollemberg– clara.rollemberg@divinapastora.se.gov.br, telefone: **79- 99840-5567.**



10-CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o relatório de Controle Interno, relativo ao 4º Trimestre do Exercício de 2021, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4320/64 de 17/03/64, bem como com as normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001 de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; obedecendo todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

Divina Pastora (SE), 28 de janeiro de 2022.

FAGNER ALEXANDRE SILVA SANTOS

Secretário Municipal de Controle Interno e Gestão

15-12-1938

ESTADO DE SERGIPE - PREFÉITURA DE DIVINA PASTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO - SMCIG

11-PARECER DO CONTROLE INTERNO

Α

SENHORA MARIA CLARA PRADO RIBEIRO ROLLEMBERG

1. Examinamos o relatório do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Divina Pastora

levantado em **28 de janeiro de 2022** e a respectiva Demonstração contábil, as variações

do Patrimônio Líquido, as aplicações de Recursos referentes ao Exercício findo naquela

data, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é

a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de Auditoria vigente e

compreenderam:

a) O orçamento com suas alterações, considerando a relevância dos saldos, a receita

arrecadada, a despesa realizada e todo sistema contábil e de controles internos da

prefeitura;

b) a constatação correta dos registros que suportam os valores e as informações

contábeis divulgadas.

3. Em nossa opinião os sistemas Orçamentário, financeiro e Patrimonial movimentado no

decorrer do exercício de 2021, representam adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, a posição real da Prefeitura Municipal de Divina Pastora, o resultado de suas

operações, as variações e mutações patrimoniais e as origens e aplicações de seus

recursos, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com os Princípios

Fundamentais de Contabilidade, e as normas instruídas através da Lei nº. 4.320/64.

Divina Pastora, (Se), 28 de janeiro de 2022.

FAGNER ALEXANDRE SILVA SANTOS

Secretário Municipal de Controle Interno e Gestão

12- ORIENTAÇÕES E/OU INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Dentro das prerrogativas do CONTROLE INTERNO, no período em análise, buscamos manter

a proximidade com todas as secretarias e setores, fazendo sempre um diálogo produtivo,

através de reuniões virtuais, trabalho home-office, e-mails, e demais acessos a comunicação

célere e eficaz, pautando sempre pelo bom planejamento das contrações públicas, que de

fato atendam a coletividade e sua finalidade pública.

O atual cenário de pandemia do novo coronavírus é especialmente desafiador para o gestor

público que precisa aliar celeridade das ações ao profissionalismo e responsabilidade fiscal.

Tudo isso, aliados as diversas evoluções legislativas, e uma nova Gestão Municipal.

Neste contexto, produzimos:

1. O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO PREVENTIVO

Conforme os ditames da Carta Maior do Brasil, corroborado com a Lei de

responsabilidade Fiscal, tem-se que o Controle interno ultrapassa as análises financeiras e

orçamentárias. No contexto das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor

Público, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou regra específica para o sistema de

controle interno governamental, a NBC T 16.8, segundo a qual tal instância se desdobra em

três categorias:

Operacional - relacionada às ações que propiciam o alcance dos

objetivos da entidade governamental.

Contábil – relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e

das demonstrações contábeis;

Normativa – relacionada à observância da regulamentação

pertinente.

Página 28 de 32

15 - 12 - 1938

ESTADO DE SERGIPE - PREFÉITURA DE DIVINA PASTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO - SMCIG

Nesse diapasão, visando alcançar tais procedimentos, orientamos a gestão executiva

municipal no sentido de implementar política de orientação previa, de gargalos conhecidos

da administração pública, cujo objetivo é aprimorar o resultado a ser alcançado.

1.1. Capacitações

O município realizou duas capacitações sobre licitações e contratos, ministrados pela

Consultoria e Assessoria Técnica – CAT, tendo o controlador como figura moderadora, a fim

de fazer o contraponto entre a teoria abordada e os casos práticos ocorridos no município.

Tais capacitações foram de grande relevância, uma vez que os operadores dos processos

tinham a oportunidade de dirimir eventuais esclarecimentos, com vistas a sanar vícios

existentes, com conhecimento.

1.2. Reunião com Secretários

Seguindo o mesmo contexto, o Secretário de Controle Interno, solicitou reunião com

secretários municipais, a fim de alinhar entendimentos administrativos, que impactam

negativamente na gestão, quando não são bem executados.

Foi colocado a necessidade de mantar uma boa relação com os conselhos municipais,

controle social das ações das pastas. Apontou também o papel relevante dos fiscais e dos

gestores dos contratos, atentando para as obrigações legais de ambos. Abordou a

importância da elaboração do relatório de gestão a cada trimestre, visando consolidar as

realizações de cada secretaria efetivamente. O secretário de controle interno lembrou

também do dever legal de alimentar o portal da transparência de acordo com os prazos e

temas estabelecidos, uma vez que o poder público está na iminência da implantação do novo

Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle

SIAFIC. Fagner Alexandre informou ainda do novo parecer da Advocacia Geral da União –

AGU, no que tange a informação de não se utilizar, neste momento, a Lei 14.133/2021, a

nova lei de Licitações.

Página 29 de 32

15 - 12 - 1938

ESTADO DE SERGIPE - PREFÉITURA DE DIVINA PASTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO - SMCIG

Além disso, o Controlador foi enfático ao demonstrar que todo processo administrativo,

seja ele oneroso ou não, deve ser devidamente motivado, justificado, com vistas a atender

o interesse da coletividade.

Outro ponto relevante abordado foi a importância da análise do QDD de cada secretaria,

uma vez que estava em momento prévio da audiência pública para a LDO, seria de suma

necessidade que os secretários fizessem os apontamentos pertinentes a fim de se ter um

orçamento para o ano de 2022 condizente com a realidade que se planeja atender.

1.3. Reuniões sobre fiscais de contratos e aditivos de obras

O Controle interno, realizou reuniões com os fiscais dos contratos municipais e os

responsáveis da Secretaria de obras, em momentos distintos, a fim de sanar dúvidas, expor

as inovações da legislação e orientar os procedimentos adequados para cada equipe reunida.

No que tange aos fiscais, foi esbouçado o papel a ser desempenhado por esse servidor,

tendo em vista que o fiscal é pessoa fundamental para a confirmação da despesa e

consecutivo pagamento. Foi abordado pelo Controle interno que o fiscal deve acompanhar

a execução da despesa e assim entendo que está de acordo com o que foi contratado, atesta

a nota com tal conformidade.

Em se tratando dos aditivos de obras, a abordagem se deu baseada no Decreto

10.535/2020, no que diz respeito a aditivos contratuais e cancelamento de restos a pagar.

2. ACOMPANHAMENTO DAS DÍVIDAS DO MUNICÍPIO.

O controle Interno identificou a negativação do município através do CAUC. Inicialmente,

o débito se dava inscrito na PGFN e concentrou esforços para que tal escrito fosse dado

baixa. Posteriormente, a inscrição se deu no SIOPE, item especifico da Secretaria de

Educação e, após contato com a gestora da pasta, orientamos no sentido de resolução dos

dados e consequentemente a saída do município no CAUC, nesse quesito.

Página 30 de 32

Assim, ainda que não tenhamos o poder de resolutividade dos processos, é feito

acompanhamento periódico desta situação e informado aos setores envolvidos,

imediatamente.

3. ANÁLISE PREVIA

Este controle, tem se colocado à disposição dos órgãos desta administração, a fim de

fazer análise previa dos procedimentos de despesas, fazendo apontamento formal e

embasado, sob a orientação da legislação vigente.

Nesse diapasão, foi criado a ficha de analise, onde são descritas as observações

pertinentes, a base legal que se fundamenta e a conclusão pela viabilidade ou não do

prosseguimento da despesa.

Entretanto, é sabido que é critério do gestor de cada unidade, optar por seguir ou não as

orientações relacionadas.

13- CONCLUSÃO

Com o presente relatório, podemos inferir que os registros contábeis dos atos e fatos

administrativos, as operações financeiras, a execução e acompanhamento orçamentários, a

administração patrimonial e operacional do Poder Executivo Municipal, ora analisados, se

apresentam de acordo com os princípios norteadores da Administração Pública, bem como

os da Contabilidade Pública expressos na Lei nº 4.320 de 17.03.64 e demais leis correlatas,

combinados com as Normas Técnicas e Procedimentos Contábeis da Resolução n° 206/2001

do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Assim, como principal missão da Secretaria Municipal de Controle Interno e Gestão que é

garantir o cumprimento dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e

Página 31 de 32



no papel de agente fiscalizador e auxiliar do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas, zelar também pelo atendimento das normas infraconstitucionais.

Por fim, é claro e cristalino que um bom órgão de Controle Interno é sinônimo de "boa administração", compromisso e o objetivo dos nossos gestores, estes, liderados pela Excelentíssima Sra. **Maria Clara Prado Ribeiro Rollemberg**, Prefeita Municipal.

14- FONTES DE PESQUISAS

Todas as informações contidas neste relatórios estão dispostas no Portal da Transparência do Município de Divina Pastora, Estado de Sergipe no endereço eletrônico http://www.divinapastora.se.io.org.br/. Também foram utilizados relatório emitidos por:

- I. Sistema Contabilis, responsável informatização dos dados contábeis;
- II. CAT Contabilidade Pública, responsável pela informação, e consolidação dos dados contábeis, licitatórios.

ESTE É O RELATÓRIO

Município de Divina Pastora, Estado de Sergipe, 28 de janeiro de 2022.

FAGNER ALEXANDRE SILVA SANTOS

Secretário Municipal de Controle Interno e Gestão

Página 32 de 32